

# MÁTRIA

# XXI

**NÚMERO ESPECIAL EVOCATIVO**

*Em memória do Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão  
Herança Cultural e Património Científico*

**CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO**  
2021

**CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PROFESSOR  
DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO**



**E**

**ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA**



**Academia Portuguesa  
da História**

**MÁTRIA XXI, NÚMERO ESPECIAL EVOCATIVO**

***Em memória do Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão***

***Herança Cultural e Património Científico***

**Maio 2021**

## FICHA TÉCNICA

### **Título**

**MÁTRIA XXI, NÚMERO ESPECIAL EVOCATIVO**  
*Em memória do Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão*  
*Herança Cultural e Património Científico*

### **Edição**

Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão numa posição conjunta com a Academia Portuguesa da História

### **Director**

Professor Doutor Martinho Vicente Rodrigues

### **Conselho de Redacção:**

Professora Doutora Adriana Veríssimo Serrão;  
Professor Doutor Vítor Serrão;  
Professora Doutora Ana Cristina Raimundo;  
Procurador da República, Dr. Artur Rodrigues;  
Professor Doutor Eurico Gomes Dias;  
Professora Doutora Florinda Matos;  
Professor Doutor Jorge Manrique Martínez;  
Professora Doutora Maria de Fátima Reis;  
Professor Doutor Pedro Sequeira;  
Professor Doutor Rui Neto e Matos.

### **Secretária**

Juíza Desembargadora Manuela Bento Fialho

### **Coordenadora Editorial e Edição Gráfica**

Mestre Dra. Vanda Marisa Marques

### **Direcção Administrativa e Comercial**

Dra. Mónica Estrela

### **Conselho Editorial:**

Adriana Veríssimo Serrão;  
Adriano Cordeiro;  
Aires-Barros;  
Alberto González Rodríguez;  
Ana Cristina Raimundo;  
Ana Leal Faria;  
Ana Maria Carabias Torres;  
António José Gonçalves de Freitas;  
António Pedro Vicente;  
Aurélio Fernando Rosa Lopes;  
Avelino de Freitas de Meneses;  
Bernardo Vasconcelos e Sousa;  
Carlos Roberto Figueiredo Nogueira;  
Carlos-Antero Ferreira;  
Carolyn Elizabeth Leslie;

César Augusto Rodrigues Garcia;  
Elena Perulero Pardo-Balmonte;  
Maria de Fátima Reis;  
Florinda Matos;  
Francisco José Portela Sandoval;  
Francisco Ribeiro da Silva;  
Gabriela Ferreira Gândara Terenas;  
George Félix Cabral de Souza;  
Gerhard Otto Doderer;  
Isabel Ferreira da Mota;  
João Luís Cardoso;  
Jorge Silva Lopes;  
José Manuel Garcia;  
José Sanchez-Arcilla Bernal;  
Josefina Maria Cristina Torales Pacheco;  
Juan Carlos Monterde García;  
Júlia Montenegro;  
Laurinda Faria dos Santos Abreu;  
Luís Filipe Monteiro Vieira de Castro;  
Luísa D'Arienzo;  
Magdalena Rodríguez Gil;  
Manuel Lobo Cabrera;  
Margarida Garcez da Silva Ventura;  
Maria Alegria Fernandes Marques;  
Maria da Conceição Vaz Cabrita;  
Maria Irene Aparício;  
Maria José Azevedo Santos;  
Maria Teresa Nobre Veloso;  
Nicolás Sánchez-Albornoz Aboín;  
Pedro Jorge Richheimer Sequeira;  
Remedios Morán Martíñ;  
Rui Neto e Matos;  
Rui Nunes Correia;  
Vítor Serrão.

### **Contactos**

Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

Casa de Portugal e de Camões  
Rua Capitão Romeu Neves, r/Dtº.  
2005 - 157 Santarém - Portugal  
Telefone: 243 304 662

<http://cijvs.cm-santarem.pt>

E-mail:  
[cijvs@cm-santarem.pt](mailto:cijvs@cm-santarem.pt)

Director:  
[martinho.rodrigues@cm-santarem.pt](mailto:martinho.rodrigues@cm-santarem.pt)

**Depósito Legal:** 344744/12

**ISSN:** 2183-1467

## ÍNDICE

<i>Editorial</i>	
Prof. Doutor Martinho Vicente Rodrigues	9
<i>Do Livro e da Gratidão / Um Testemunho a partir de dois tópicos</i>	
Prof. Doutora Adriana Veríssimo Serrão	13
<i>Moral e Política / O «Príncipe Perfeito» e Maquiavel</i>	
Prof. Doutora Manuela Mendonça	19
<i>Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão na História de Santarém</i>	
Prof. Doutora Maria de Fátima Reis	39
<i>España y Portugal. Vicencias históricas. Crónica y ecos de Joaquim Veríssimo Serrão en Asturias</i>	
Prof. Doutora Remedios Morán Martín	43
<i>Santos e eremitas na História e nas lendas do termo de Santarém</i>	
Mestre Lina Maria Soares	69
<i>Joaquim Veríssimo Serrão e a História Luso-Brasileira</i>	
Prof. Doutor Arno Wehling	103
<i>Dois mestres da historiografia portuguesa: o visconde de Santarém (1791-1856) e Joaquim Veríssimo Serrão (1925-2020)</i>	
Prof. Doutor Daniel Estudante Protásio	113
<i>A colaboração de Joaquim Veríssimo Serrão na imprensa regional ribatejana</i>	
Prof. Doutora Teresa Lopes Moreira	121

<i>O percurso vivencial e a obra historiográfica de Joaquim Veríssimo Serrão</i>	
Mestre Nuno Sotto Mayor Ferrão	141
<i>Apostilas epigáficas -12</i>	
Prof. Doutor José d'Encarnação	167
<i>Os militares romanos de Scallabis</i>	
Prof. Doutor Vasco Gil Mantas	191
<i>Paisicaicoi. Uma deidade na bruma caramulana</i>	
Prof. Doutor Armando Redentor	229
<i>Santarém nos geógrafos árabes</i>	
Prof. Doutor Adel Sidarus	255
<i>São Frei Gil de Santarém e a estigmatização do saber</i>	
Prof. Doutor Aurélio Lopes	281
<i>Fernão de Magalhães o homem que descobriu o mundo tal como ele é</i>	
Prof. Doutor José Manuel Garcia	313
<i>O necessário, o possível e o real. As «falsas maravilhas em contextos de guerra» e o sol do Condestável</i>	
Prof. Doutora Margarida Garcez Ventura	329
<i>A Fábrica da Pólvora de Barcarena e as “Ferrarias del Rey”: síntese da investigação realizada</i>	
Prof. Doutor João Luís Cardoso	347
<i>Um Hóspede Ilustre na Santarém Renascentista: Francisco de Holanda (1547-1549)</i>	
Prof. Doutor Vítor Serrão	385
<i>A cidade de Lisboa na Idade Média: Fontes de Informação do Arquivo Municipal</i>	
Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva	449

<i>À mesa com o cardeal Alexandrino, em Portugal nos finais de 1571</i>	
Doutor João Abel da Fonseca	475
<i>Livros e Leituras no Convento dos Agostinho de Santarém: um testemunho do século XVIII</i>	
Prof. Doutora Fernanda Maria Guedes de Campos	493
<i>O Tricentenário de Camões / O programa de acção dos republicanos em Santarém</i>	
Doutoranda Luísa Teixeira Barbosa	527
<i>O discurso sobre a reforma administrativa em Marcelo Caetano: de suporte a fator de legitimação do Estado Novo</i>	
Prof. Doutora Ana Carina Azevedo	549
<i>Património, Memória e Identidade</i>	
Prof. Doutor Miguel Corrêa Monteiro	571
<i>A Reparação do Dano Laboral na Jurisprudência / O Estado da Arte nos Alvores do Séc. XXI</i>	
Juíza Desembargadora Dra. Manuela Bento Fialho	591

## «Apostilas epigráficas - 12»

José d'Encarnação<sup>1</sup>

### Resumo

A análise de um curioso manuscrito noticioso datado de 1740, editado pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1934 e 1938, permitiu tecer novas considerações, com viste ao significativo enquadramento histórico não só do próprio manuscrito, mas, de modo especial, de quatro inscrições romanas aí referenciadas. Três já haviam sido incluídas, por outras vias, no CIL II sob os números 275, 310 e 2633; propõe-se que à quarta venha a ser dada alguma atenção.

**Palavras-chave:** Cultura setecentista em Portugal, Santarém, Almoester, Vale de Figueira, Alenquer

---

<sup>1</sup>Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área de História Antiga e Arqueologia. Membro do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. Membro do Centro de Investigação Doutor Joaquim Veríssimo Serrão; Académico de mérito da Academia Portuguesa da História; Académico correspondente da Real Academia de la Historia (Madrid) e da Academia das Ciências de Lisboa. Especializou-se em Epigrafia Latina, domínio em que a sua obra é reconhecida internacionalmente. Página: [http://www.ua.es/personal/juan.abascal/encarnacao\\_jose\\_de.html](http://www.ua.es/personal/juan.abascal/encarnacao_jose_de.html)

## Abstract

A curious manuscript of 1740, published by the National Library Nacional of Lisbon at 1934 and 1948 is here analysed. This study opened new perspectives about the cultural ambiance in the Portugal of the XVIII hundred not only in respect of this manuscript but specially about four Roman inscriptions in that paper signalized. Three of them were already include in the Hübner's CIL II (275, 310 and 2633). To the fourth one is now proposed more attention.

**Key-words:** Portugal culture at XVIII century; Santarém, Almoester, Vale de Figueira, Alenquer.

Publicou a Biblioteca Nacional, em 1934 e 1938, sob o título *Ano Noticioso e Histórico*, em dois volumes, o manuscrito, de 1740, da autoria do «presbítero scalabitanense» Luiz Montez Mattozo.

*Ano Noticioso e Histórico* apresenta-se – reza o subtítulo (Fig. 1) – como uma «história anual» que contém «o resumo dos sucessos militares e políticos das potências estrangeiras, com a notícia de nascimentos, desposórios e falecimentos de imperadores, reis, príncipes e mais pessoas distintas por suas qualidades e empregos», acrescentando: «Contém especialmente a notícia das cousas mais memoráveis que sucederam no Reino de Portugal».

Este tomo I, datado de 1740, foi impresso na «Oficina da Laboriosa Curiosidade», em Lisboa, designação que não deixa de ser bem sintomática, por estarmos no Século das Luzes e Portugal a abrir-se aos costumes estrangeiros, como já de seguida se dirá.



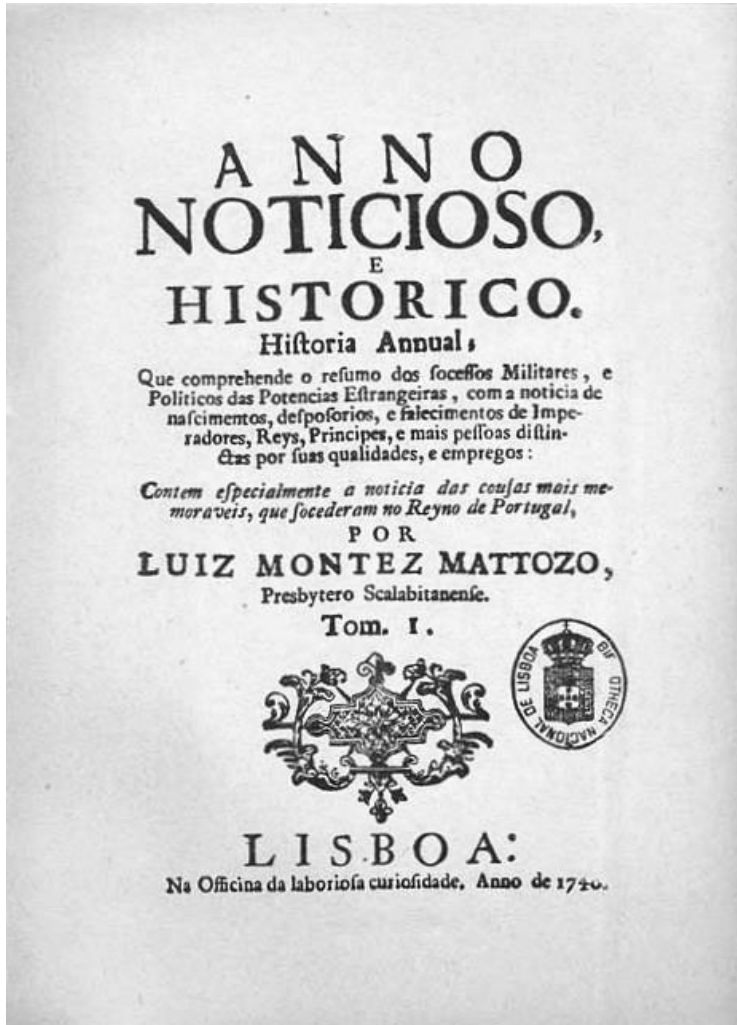


Fig. 1

Em «Duas palavras preliminares», justifica o director da Biblioteca Nacional, Augusto Botelho da Costa Veiga, a publicação deste manuscrito setecentista, de que existem três volumes na biblioteca, pelo interesse que detém, «tão curioso por suas informações de reportagem mundana, realçada, de quando em quando, por traços de crua sátira».

Designar «Folheto de Lisboa» e explica o autor, no Antilóquio [sic], datado de “sábado, 2 de Janeiro de 1740”, que é sua intenção publicar «daqui em diante, em todas as semanas, um folheto com as notícias não só de fora, antecipadas à da *Gazeta*, mas também com as do Reino, principalmente as que por particulares se não costumam estampar». Um complemento, portanto, ou concorrente (?) da *Gazeta de Lisboa*, a exemplo do costume das gazetas que, «entre as nações estrangeiras é tão vulgar que, no dia em que se publica, se vê até nas mãos dos aguadeiros das Cortes» ou «o estilo dos folhetos semanais», que são «nas mesas das Senhoras o melhor pratinho e, nas casas de recreação dos cavalheiros, o melhor divertimento».

Todo um programa, portanto, bem consentâneo com o espírito da época, em que se procurava saber tudo. Não é, por isso, inocente que o *Folheto de Lisboa* comece invariavelmente com «Notícias da Europa» e só depois vêm as do País!...

Anote-se que Emílio Hübner não teve acesso a esse manuscrito de Luiz Montez Mattoso; conheceu, porém, o seu *Santarém Ilustrada*, a que faz referência em CIL II p. XXXII (chama ao autor Ludov. Montes Matoso) e assinala em CIL II 331 – a inscrição dedicada a *Fortuna* – que a informação a ela respeitante que consta do manuscrito de Cornide existente em Madrid (Matrit. 18, 40) fora colhida das fichas de Montez Mattoso: «ex schedis Montezii» consultadas na Biblioteca Nacional. Na introdução ao capítulo sobre Santarém (CIL II p. 35), assinala, de facto, Hübner: que «nihil enim novi didici e variis commentariis de Santarém oppido manu cum aliorum, tum Ludovici Montes Matoso [...] scriptis, quos bibliothecae Olisiponensis cum publica [...] tum academica [...] servant», o que – embora deles nada tenho colhido de interesse para o seu corpus epigráfico – confirma a existência de manuscritos de Luiz Montez Mattoso quer na Biblioteca Nacional quer na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Teve, como se sabe, Justino Mendes de Almeida a grande preocupação de dar a conhecer tudo o que encontrava escrito acerca da Antiguidade. Não admira, pois, que, entre o seu currículo, conste o pequeno artigo «Antiguidades várias» que publicou n’*O Arqueólogo Português*. Breves notas em que dá sucinta conta de notícias várias: sobre um numisma português; o pormenor de uma moeda de «cinco reais» de D. Sebastião; a marca LEVGEN identificada numa asa de ânfora, para que propõe a leitura (*Ex officina*) L(*ucii*) EVGEN(*ii*), anotando ser *Eugenius* um gentilício «de origem grega»; e as notícias de interesse arqueológico que encontrou no livro de Luiz Montez Mattozo.

Acerca dessas notícias quis o Professor Justino Mendes de Almeida tecer «breves comentários», considerando-os «notas de leitura que poderão ter algum interesse para os estudiosos das antiguidades de Portugal» (p. 100), atendendo a que não vira essas antiguidades por outrem referidas.

Constitui, por conseguinte, objectivo deste artigo respigar as referências epigráficas, ousando tecer, também eu, «breves comentários» no sentido de evidenciar o seu interesse.

### 1. *Uma inscrição funerária de Almoester (CIL II 310)*

A 17 de Agosto de 1740, dá Montez Mattozo a notícia de que «junto do lugar de Almoester», «onde se vêem vestígios de edifícios antigos, se achou uma pedra, que se pôs na parede da parte de fora do pátio do Mosteiro das Religiosas de S. Bernardo, com 3 palmos de largo e quatro e meio fora da parede e em um canto quebrada» (manuscrito p. 379; I, 1930, pp. 45-46).

Almoester é, na actualidade, freguesia do concelho de Santarém; o seu território, em tempo romano, estava integrado no *conventus Scallabitanus*.

Atentemos em dois pormenores: há um contexto arqueológico, vestígios de edifícios antigos à vista; a expressão «que se pôs na parede» denuncia a preocupação de preservação do monumento, cientes como estavam os seus achadores do interesse que poderia deter. Reproduz-se a leitura apresentada (Fig. 2) e dá impressão que a tradução corrige, de certo modo, os erros da transcrição:

«Memória consagrada aos Deuses dos mortos. Quinto Lucídio Proculiano jaz aqui sepultado, em idade de doze anos, seja-lhe a terra leve. Caio Lucídio Rufo, seu pai, lhe pôs e consagrou esta ara».

D. M. <sup>379</sup>  
Q. LUSIDI PPOCULLI-  
ANI QUI. H. SE. AN. XII.  
S. E. I. . T. L.  
C. LUSIDIUS RUFUS.  
PATER ARAM.  
P. . C.

Fig. 2

Explicita-se que, por «estar a pedra quebrada», o segundo I da idade apresenta «diminuição».

Nada mais adianta Montez Mattozo em relação a este achado, desconhecendo-se quem fez a descoberta e quem lhe terá dado a informação. Deduzimos, pelo relevo que lhe dá transcrevendo o texto, que está bem ciente da importância que poderá ter; nada, porém, comenta.

Quem vai comentar é Justino Mendes de Almeida, em 1968 (pp. 102-104). Anota os erros de transcrição; desloca-se ao sítio a 9 de Outubro de 1965 e nada encontra, dando a entender que as obras de restauro e consolidação aí levadas a cabo «há cerca de dez anos» «pelos Edifícios e Monumentos Nacionais» terão eficazmente contribuído para que a pedra levasse descaminho, a não ser que «o uso do reboco em grossas camadas nos muros e paredes» a possa ter ocultado (p. 103).

Acrescenta que Luís Marinho de Azevedo refere a epígrafe, donde Levy Jordão a copiou, sob o nº 648.

Confirma-se esta informação: Levy Maria Jordão reproduz a inscrição (Fig. 3) e dá como sua fonte de informação «Marinho tomo II p. 155». Aliás, quando empreendeu a missão de reunir todas as inscrições romanas da Península Ibérica, com vista à organização de um *corpus*, Emílio Hübner foi de Jordão que recolheu o texto (Fig. 4). Não se apercebeu Justino Mendes de Almeida que já essa publicação havia sido feita.

648.  
D. M.  
Q. LVSIDI PROCVLEIANI  
QVI H. S. E. AN. XI.  
S. T. T. L.  
C. LVSIDIVS RVFIVS  
PATER ARAM.  
P. C.

Fig. 3

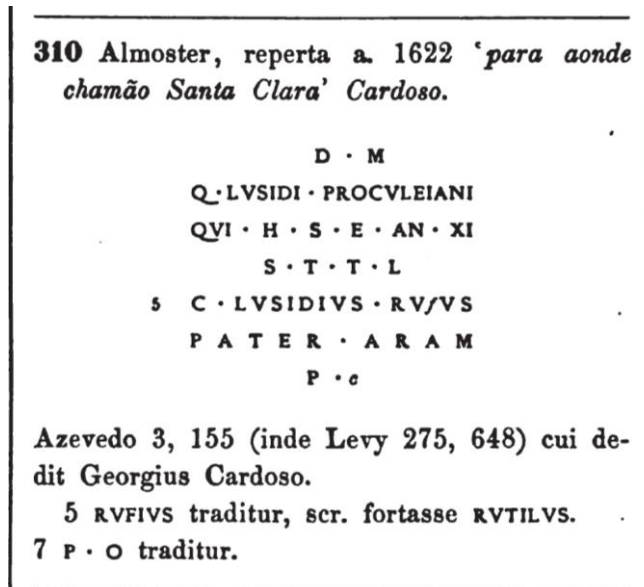


Fig. 4

Há, porém, nessa ficha de Hübner, três informações a carecer de reflexão.

Primeira, a de que a epígrafe teria sido achada em 1622, quando Montez Mattozo nos dá a impressão de que, por ser 'notícia', o achamento teria ocorrido pouco tempo antes. Outra possibilidade, conciliatória com as duas versões, seria a de, em 1740, se haver procedido à colocação do monumento na parede do mosteiro.

A segunda perplexidade prende-se com o local donde a epígrafe poderá ter vindo. O escrito de Montez Mattozo sugere, à primeira vista, um sítio próximo, na medida em que assinala a desistência de «vestígios de edifícios antigos», o que se coaduna bem com o achado. A nota «para aonde chamão Santa Clara» especifica melhor o lugar; há, de facto o microtopónimo "Santa Clara" nas proximidades do cenóbio, identificando um lugarejo, implantado em planalto, perto de Casal do Paul, como Luís Mata teve a amabilidade de me informar.

A terceira questão diz respeito à expressão «cui dedit Georgius Cardoso», isto é, a informação sobre a epígrafe terá sido dada a Luís Marinho de Azevedo por Jorge Cardoso. Jorge Cardoso é o autor do *Hagiológico Lusitano*, em 4 volumes. Dedicou-se a Doutora Maria de Lurdes Correia Fernandes a elaborar mui circunstanciados índices de toda a obra e aí se não encontra o topónimo Santa Clara e as escassas referências a Almoester não se prendem com a inscrição. Consultei, por isso, a autora a fim de me aperceber se seria viável pensarmos na hipótese de uma informação meramente oral, não incluída no *Agiológico*, mas patente em qualquer outro documento a que Hübner possa ter tido acesso. Respondeu-me prontamente a Doutora Correia Fernandes:

«O Jorge Cardoso tinha uma rede de correspondentes muito grande, como tentei mostrar em vários dos artigos que publiquei sobre o autor/obra. Correu o país de lés a lés, recolheu informações orais e documentos escritos, recebeu cartas de muitos eruditos do seu tempo, respondeu também a perguntas de muitos deles. Era um admirador de Luís Marinho de Azevedo, como se vê em vários comentários do *Agiológico* (e na sua biblioteca de manuscritos, infelizmente perdida até hoje, mas que D. António Caetano de Sousa sabia onde estava).

Por isso, essa informação pode ter resultado de contactos pessoais, orais ou escritos, mas que nem sempre transpôs para o *Agiológico*».

Importa, todavia, referir que não houve possibilidade de saber onde é que exactamente Marinho de Azevedo publicou a inscrição. Teoricamente, «Azevedo 3, 155» indicado por Hübner deveria significar que a inscrição estaria mencionada na pág. 155 do tomo III da sua obra *Fundação...* Não está. Também não está em «Marinho tomo II p. 155», que é a referência apontada por Jordão. Na verdade, percorrendo o livro de Marinho de Azevedo, essa inscrição não salta à vista naqueles capítulos onde, pelo tema tratado, ela poderia estar – recorde-se, a título de exemplo, o capítulo VI do Livro III, «De mais pedras sepulcrais achadas em Lisboa e seu distrito e das cerimónias usadas nos enterros do s defuntos» (pp. 225-228).

Resta, ainda, uma incógnita: como é que Hübner soube que fora Jorge Cardoso quem dera conhecimento da inscrição a Luís Marinho de Azevedo?

Na p. XIX (n<sup>o</sup> 54) de CIL II dedica o epigrafista alemão umas linhas a Jorge Cardoso, onde o mais saliente será a citação da passagem (*Agiológico...* III, p. 726), em que Cardoso, a propósito da ocorrência do nome Avito numa epígrafe, escreve: «vários cipos e ámulas romanas [...] as quais se verão em os nossos *Monumentos de Portugal*» – e ponho eu a expressão em itálico, porque assim interpreto ser o título da obra que Cardoso teria em mente levar a cabo. Na entrada sobre Lisboa (CIL II pp. 23-24), Hübner refere-se a Jorge Cardoso, para sublinhar que pereceram no terramoto de 1755 os manuscritos eventualmente existentes de alguns investigadores das antiguidades, entre os quais o autor do *Agiológico*, falecido em 1669.

Desaparecida que está a inscrição, aceita-se a versão adoptada por Hübner, seguida em HEpOL em 21 363 e em EDCS-05500320, que apenas divergem em pormenores da seguinte:

D(is) · M(anibus) / Q(uinti) · LVSIDI · PROCVLLI/ANI QVI · H(ic)  
· S(itus) · E(st) · AN(norum) · XII (duodecim) / S(it) · T(ibi) · T(erra) ·  
L(evis) / <sup>5</sup> C(aius) · LVSIDIVS · RVFINVS / PATER · ARAM / P(onendum)  
· C(uravit)

*Aos deuses Manes de Quinto Lusídio Proculeiano, que jaz aqui com 12 anos. Que a terra te seja leve. Gaio Lusídio Rufino, o pai, mandou colocar a ara.*

Optou Hübner pela inserção de pontuação onde ela deveria ter estado, um pouco na sequência do que vira em Jordão. Assim o mantivemos; contudo, a crer no desenho do manuscrito, ela apenas estaria presente, triangular, na última linha.



Notem-se as divergências de pormenor com a versão apontada por Montez Mattoso (Fig. 2). A opção pelo *nomen Lusidius* afigura-se acertada. Manteve-se a leitura do manuscrito, *Proculianus* em vez de *Proculeianus*, uma vez que está documentado e a leitura errada de um segundo P se justifica por estar gasta na pedra a perna do R. Em lugar de *Rufus* – ainda que se trate de uma questão de pormenor, que nada afecta o conjunto do ponto de vista histórico – não se proporia *Rufius* e optou-se por *Rufinus*, porque o desenho do manuscrito, com um pequeno I superior, sugere a existência do nexu IN. Também se preferiu XII no número da idade, atendendo ao cuidado que o informante de Montez Mattoso teve em explicar que, por a pedra estar quebrada, do segundo I só restava breve trecho.

Do ponto de vista epigráfico, não se verificam anomalias no formato do texto: a identificação do defunto em genitivo, dependente de Manes, não é estranha; a referência expressa à ‘ara’ também não é invulgar; ser o pai – e apenas o pai – a homenagear o filho ainda criança não causa perplexidade, embora o mais habitual seja, em casos idênticos, a presença dos pais ou somente da mãe (uma forma de a sua família também se ver associada ao pequeno defunto). Assinale-se expressamente a inusual introdução do pronome relativo ‘que’, passível de interpretar-se como intenção dupla: a de chamar a atenção para uma morte bem precoce ou, ainda, para se acentuar a ideia de que ali jaz (no presente) uma criança de apenas 12 anos, susceptível, portanto, de cativar a comiseração do transeunte.

Fora do comum é a escolha dos nomes do defunto, que se fez questão em identificar com os três nomes, apesar da sua pouca idade.

O gentílico *Lusidius* regista nesta epígrafe o único testemunho peninsular. A nível do Império, só há notícia, até ao momento, de mais um indivíduo pertencente a esta família, embora, naturalmente, não possa afirmar-se que, por ostentar o mesmo *nomen*, seja parente de *Proculianus*; muito provavelmente não o é; o que interessa, porém, salientar é a raridade do uso deste antropónimo. Trata-se de *C(aius)*

*Lusidius Adiutor*, um dos oleiros que trabalhou e deixou marcas em Óstia e em Roma, nas fábricas de cerâmica ditas «macedonianas», de Públio Cássio: *ex figlinis Macedonianis P(ublii) Cassi(i)* (EDCS 24600795, 38702011 e 40200070). Até nos podemos interrogar se a palavra *adiutor* é, aqui, um antropónimo ou a menção da função de ajudante; inclinar-me-ia para esta segunda opção.

O cognome *Proculianus* é testemunho único na Hispânia, enquanto, a nível do Império Romano, apenas se conhecem dois exemplos em Roma (EDCS 19300176 e 35300472) e *P. Aelius Proculianus*, que viveu na 1ª metade do século II, na Mésia Superior, um dos três filhos de um augustal da *colonia Ratiaria*.

Crê-se, por conseguinte, poder deduzir desta análise que estamos perante uma onomástica que nada tem a ver com a Hispânia, o que denuncia ser este epitáfio um documento referente à presença, nesta área do *conventus Scallabitanus*, de um estrato populacional itálico. Certo é que uma andorinha não faz a Primavera, mas, no caso vertente, sempre será possível supor que esta família *Lusidia*, de que temos aqui dois elementos, pai e filho, decerto não vieram sós, tal como uma andorinha é prenúncio de que outras mais estejam a chegar.

## 2. Epitáfio romano em Vale de Figueira (Santarém)

A segunda epígrafe dada a conhecer por Montez Mattozo consta da notícia datada de «Santarém, 25 de Agosto» de 1740<sup>2</sup> (manuscrito p. 392; II, 1938, p. 53-54).

Lavrava a sua terra um «rústico do Lugar de Vale de Figueira», termo da vila de Santarém, conta ele, quando a folha da charrua

---

<sup>2</sup> No manuscrito vem a data de 1748, que se manteve tanto na versão impressa como no artigo de Justino Mendes de Almeida. Considero que houve lapso de escrita, pois há no manuscrito uma sequência cronológica: o anterior Folheto de Lisboa data de 20 de Agosto de 1740 e o seguinte de 3 de Setembro desse mesmo ano.

arrancou um ladrilho de barro cozido. A descrição que se segue sugere-nos, hoje, estarmos perante o hipocausto de umas termas romanas, dada a abundância de tijolos encontrada<sup>3</sup>. Acrescenta a notícia que:

«em outro sítio pouco distante, se havia descoberto, andando-se cavando em uma terra, para se meter de bacelo, uma pedra quadrada de 8 palmos de comprido e 2 e meio de largo em cada face, moldurada, e na superfície havia um vão de um palmo em quadro, e palmo, e meio, de fundo, no qual se haviam depositado as cinzas do corpo, que queimara para se sepultar como era costume da antiga gentildade: em uma das faces, que estava um tanto gastada da parte direita se lhe divisava a seguinte inscrição» (Fig. 5).

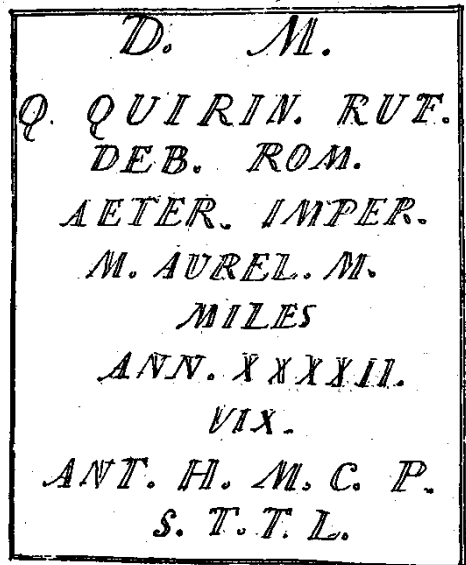


Fig. 5

Houve, de seguida, o cuidado de dar conta do destino que a epígrafe teve:

«Esta pedra levou o dono da terra para sua casa, aonde um curioso lhe tirou a inscrição e lhe recomendou muito a não malograsse.

---

<sup>3</sup> Não houve ensejo de verificar se, na actualidade, o sítio foi alvo de sondagens arqueológicas tendentes a confirmar tais achados.

Passados poucos dias, fazendo um forno de cozer pão, a mandou assentar na boca dele, onde o fogo a fez estalar, de maneira se acha afogueada, quebrada e negra, sem lhe divisar letra alguma».

Certamente por distração, comentou Justino Mendes de Almeida:

«Inscrição funerária de muito interesse mas cujo destino desconheço. A transcrição não está exacta. Sem o original à vista, não é prudente propor uma lição, tanto mais que o formulário se afasta do tradicional» (p. 107).

Assim é, de facto. Algo, porém, se poderá ter como seguro.

Em primeiro lugar, as relatadas circunstâncias do achamento não são propícias a se duvidar da autenticidade do monumento, que era, convenhamos, de envergadura invulgar: 8 palmos equivalem aproximadamente a 176 cm e 2,5 a mais de meio metro, a justificar a existência de dez linhas, porventura gravadas segundo um eixo de simetria.

Depois, há elementos próprios de um epitáfio:

- a consagração aos Manes: *D(iis) M(anibus)*;

- a menção da idade do defunto: *ANN(is) XXXXII (duobus et quadraginta) VIX(it)*, não sendo de admirar a grafia com quatro X e podendo considerar-se aceitável a posposição do verbo, que habitualmente precede a indicação da idade;

- a fórmula final *S(it) T(ibi) T(erra) L(evis)*.

Em 3º lugar, ainda que usando-se abreviaturas incomuns, o defunto poderia identificar-se como *Q(uintus) QVIRIN(ius) RVF(us)*, nome que, na epígrafe, poderia vir em genitivo, dependente de Manes. Se *Rufus* é *cognomen* assaz frequente na epigrafia hispânica, do *nomen Quirinius* há apenas na Bética um testemunho duvidoso (HEp 14 2005 nº 118), atingindo, todavia, quase quatro dezenas os registos

encontrados um pouco por todo o Império, geográfica e cronologicamente. Relacionado com ele há o *cognomen Quirinus*, que foi, por exemplo, o de *P. Sulpicius Quirinus*, cônsul do ano 12 a. C. Por conseguinte, do ponto de vista onomástico, nenhuma objecção a pôr.

Vejamos agora os aspectos problemáticos, atribuíveis à má interpretação do escrito.

Aceita-se que, na l. 6, possa ter estado isolada a palavra MILES, justificativa do orgulho que a família teve por um seu parente haver servido no exército romano. A preceder essa menção deveria estar o corpo militar em que o serviço fora cumprido. IMPER. M. AVREL. sugere de imediato uma alusão ao imperador Marco Aurélio, embora se estranhe o M final da linha 5, passível de interpretar-se como lapso do lapicida, que optou, no derradeiro momento, por escrever MILES isolado, como se disse.

Que poderá esconder-se sob DEB. ROM. AETER.? Reconstituir ROMA AETERNA não deixaria de ser aliciante, mas, além de não se enquadrar num epitáfio, ainda que de um soldado, ficará por entender o significado de DEB, partindo do princípio de que são essas as letras que lá estavam. Vem-nos à mente *debellator*, vencedor, o que não ficaria mal em ambiente militar, mas não ousamos propô-lo. Adiante-se que esse clima militar se coaduna bem com o que se conhece da *colonia Scallabitaná, Praesidium Iulium* de seu nome...

Resta a linha 9, para onde, à primeira vista, atendendo à possível presença das siglas H. M., algo como H(oc) M(onumentum) H(aeredi) N(on) S(equetur) não seria despiciendo, inclusive devido à provável imponência do monumento em que se teria incrustado uma placa moldurada de quase dois metros de altura! Outra possibilidade, sugerida pelas aparentes abreviaturas ANT. e P., seria a de se restituir aí a identificação do dedicante: ANT(onius) H(oc) M(onumentum) C(arissimo?) P(osuit).

¿Se vamos incluir esta epígrafe no *corpus* epigráfico peninsular? Proponho que sim. Existiu, é autêntica. ¿Destruíram-na e com essa destruição nos ficaram tantas dúvidas? Resta-nos assinalá-las e propor, ainda que nessa clave de dúvida, o que logramos captar:

D(iis) M(anibus) / Q(uinti) QVIRIN(ii) RVF(i) / DEB. [?] ROM. [?] / AETER. IMPER(atoris) [?] / <sup>5</sup> M(arci) [?] AVREL(ii) [?] / MILES / ANN(is) XXXXII (duobus et quadraginta) / VIX(it) / ANT(onius) [?] H(oc) M(onumentum) C(arissimo?) P(osuit) / <sup>10</sup> S(it) T(ibi) T(erra) L(evis).

A síntese possível:

O epítáfio de um soldador romano, de nome Quinto Quirínio Rufo, que viveu 42 anos. Foi um seu parente, quiçá António, que mandou erigir-lhe o monumento com a habitual jaculatória final «que a terra te seja leve»! Poder-se-á ter indicado o corpo militar em que serviu, mas o que o curioso trasladou não é de feição a que o entendamos. E lamenta-se, claro, que o seu rogo de que não malograssem o monumento não tenha sido atendido!

### 3. CIL II 275 – Placa funerária de Alenquer

Em notícia datada de Alenquer, 14 de Setembro de 1740 (manuscrito p. 425; II, 1938, pp. 73-75), informa-se que estava sob o alpendre da igreja de Triana «uma pedra de quase quatro palmos em quadro»; daí a retiraram para pavimento de uma escadaria que serve «umas casas que estão na travessa, que estão na fonte de Triana para a mesma igreja». Atendendo a que, com o passar das pessoas, as letras se sumiriam, «um curioso a copiou para enviar à Academia Real da História Portuguesa».

ATINIÆL FAMOENÆTUSCIM.  
TERENTIO M. F. GAL. AQUILÆ  
TERENTIAE M. F. TVSCAEM.º  
TERENTIUS TVSCVS SVIS F. C.

Fig. 6

Em relação a esta e à seguinte inscrição, Justino Mendes de Almeida limita-se a observar (p. 108):

«Trata-se de dois textos já conhecidos e estudados e que ainda hoje se conservam. O primeiro pertence ao Museu de Alenquer e o segundo está no Museu do Carmo e foi estudado por Francisco Câncio em *Ribatejo*, pp. 305-306. Há erros nas duas transcrições».

Merece atenção a placa que, pelas dimensões (4 palmos equivalem aproximadamente a 88 cm) e pelo texto, se destinaria a ser colocada na fachada de um jazigo de família.

No catálogo da epigrafia do Museu Hipólito Cabaço, de Alenquer, elaborado por Maria Manuela Alves Dias (coord.), Bernardo M. Mota e Catarina I. S. Gaspar (2001), essa epígrafe não consta, pelo que importará saber se chegou, ou não, a ser retirada da escadaria, embora Justino Mendes de Almeida afirme que está nesse museu. Não está e, de acordo com as informações que a Dra. Raquel Caçote Raposo teve a gentileza de comunicar, já nos finais do século XIX a lápide estaria perdida, ou porque desapareceu aquando do terramoto de 1755 ou devido às alterações arquitectónicas por que o local junto à igreja de Nossa Senhora da Assunção de Triana foi passando. Pode citar-se, a título de exemplo, o depoimento de Guilherme Henriques que, em 1902, escreveu: «[...] Em 1707, achava-se à entrada da porta

principal da igreja, e em 1745 estava na escada de uma casa próxima, ignorando-se onde hoje se acha [...]».

A informação dada por Montez Mattoso, em 1740, foi transcrita *ipsis verbis* Pelo Padre Luís Cardozo (s. v. «Alemquer», 1, p. 240-241), sem que indique essa fonte de informação. Poderemos pensar que, na verdade, o *Folheto de Lisboa* acabava por circular e chegava aonde era preciso, não se considerando quem o citasse na obrigação de o referir. De Cardozo passou, como era hábito, para Levy Maria Jordão (p. 181, nº 402) e para Hübner (CIL II 275). Consta, portanto, dos habituais *corpora* actuais (HEpOL nº 21328 e EDCS 05500285) sem que, de momento, haja informação acerca de outros autores que porventura se hajam debruçado sobre a epígrafe e sobre ela tenham tecido considerações.

O texto é como segue:

ATINIAE L(*ucii*) F(*iliae*) AMOENAE TVSCI / M(*arco*) TARENTIO  
M(*arci*) F(*ilio*) GAL(*eria*) AQVILAE / TARENTIAE M(*arci*) F(*iliae*)  
TVSCAE / M(*arcus*) TARENTIVS TVSCVS SVIS F(*aciendum*) C(*uravit*)

*A Atínia Amena, filha de Lúcio, (mulher de) Tusco; a Marco Terêncio Áquila, filho de Marco, da tribo Galéria; a Terência Tusca, filha de Marco – Marco Terêncio Tusco aos seus mandou fazer.*

Não se indica pontuação (sugerida por Hübner), por se desconhecer se teria existido na pedra, embora as características do monumento a postulem. Como variantes de leitura, somente há a apontar, como se depreende pelo que se mostra na fig. 5, que Hübner propôs o que lhe parecia mais normal: os dois *praenomina* virem no começo da linhas 2 e 4, em vez de no final das linhas anteriores. Quanto ao resto, assinale-se a facilidade da leitura e interpretação.



Trata-se de um dos textos passíveis de apresentar como exemplo acabado de relações familiares indicadas segundo as regras clássicas. O gentílico do pai (*Terentius*) passa para os filhos *Aquila* e *Tusca*, sendo de supor que *Aquila* poderá esconder uma relação real ou desejada com o exército (a águia das legiões, a cerimónia *natalis aquilae...*), verificando-se que a filha adopta o *cognomen* do pai. Terêncio Tusco casara com Atínia Amena e essa relação conjugal é singelamente anotada com o genitivo *Tusci* – o que não deixa de ser digno de realce, por não ser comum.

No que concerne à onomástica, do gentílico *Atinius* regista-se apenas mais um testemunho em Córdoba (CIL II 5527=5532); contar-se-ão pela meia centena os exemplos a nível de todo o Império romano. *Terentius* detém, por seu turno, uns 30 testemunhos na Lusitânia, evidenciando o mapa 292 do *Atlas* a sua concentração na sua área ocidental, em torno a *Olisipo*. *Tuscus* e *Amoena* são cognomes comuns; *Aquila* não tanto, como masculino: registou-se outro testemunho em Torres Vedras (CIL II 284). No ano 38, foi cônsul epónimo *M. Aquila Iulianus*; e, no contexto da Hispânia, podemos citar o pretoriano *L. Pontius Aquila*, cidadão de *Emerita Augusta* (HEpOL nº 444) e *T. Flavius Aquila*, identificado em Cádiz (HEpOL nº 6030). Uma onomástica, portanto, bem latina. indiciando o *nomen Atinia*, pela sua raridade, uma ligação extrapeninsular.

Em suma: Trata-se, verdadeiramente, de um excelente testemunho da fácil aculturação verificada nesta zona da Lusitânia, como outros casos documentam.

Note-se que o pai ainda não é cidadão romano, mas o filho já consta do rol de cidadãos da tribo Galéria, de *Olisipo*. Não se veria, pois, entrave a datar a epígrafe da 2ª metade do séc. I da nossa era.

4. CIL II 2633 – inscrição viária de Alenquer

A última inscrição romana referenciada por Justino Mendes de Almeida (p. 108) – e que é, de facto, a última noticiada por Montez Mattozo (manuscrito p. 426; tomo II, 1938, p. 74) – é um ‘miliário’.

Informa que «na Quinta de João de Sousa Chichorro, termo desta vila [de Alenquer], está há poucos anos uma meia coluna redonda». Como «agora anda arrastada pelo chão», sugere que seja colocada «em lugar decoroso». Guarda-se no Museu do Carmo, acrescentou Mendes de Almeida. De interesse aludir à informação de que se haviam descoberto «há poucos tempos», nessa mesma quinta, sepulturas e «arcas de pedra com ossadas» e que «ainda agora se vêem vestígios de um magnífico edifício no curioso pavimento de uma casa, que hoje está servindo de adega». Se, em relação ao achado em Almoester, a hipótese de por ali ter existido uma *villa* romana não é despicienda, o mesmo se poderá dizer daqui, pois a expressão «curioso pavimento» indicia seguramente a presença de um mosaico romano... Mais adiante se dirá que se sugere a localização aqui de *Ierabriga*.

O teor da inscrição foi transcrito – também aqui *ipsis verbis* e sem citação de fonte – pelo Padre Luiz Cardoso (I, p. 241), donde passou para CIL II 4633, HEpOL n.º 21858, EDCS-05500285). A epígrafe é como segue:

IMP(erator) CAES(ar) / DIVI TRAIANI PARTHICI F(ilius) DI/VI  
NERVAE NEPOS TRAIANVS / HADRIANVS AVG(ustus) PONT(ifex)  
MAX(imus) / TRIB(unicia) POT(estate) XVIII (undevicesima)  
CO(n)S(ul) III (tertium) P(ater) P(atriciae) / <sup>5</sup> REFECIT

*O imperador César Trajano Adriano Augusto, filho do divino Trajano, neto do divino Nerva, pontífice máximo, no seu 19.º poder tribunício, cônsul pela terceira vez, Pai da Pátria, refez.*

O imperador Adriano – cuja identificação e títulos aqui estão indicados da forma canónica – teve o 3.º consulado no ano de 119 e não

mais assumiu esse cargo; o poder tribunício foi-lhe renovado pela 19ª vez a 10 de dezembro de 134, pelo que é legítimo deduzir que este miliário foi gravado em 135.

É um miliário porque assim se convencionou chamar; contudo, não são indicadas distâncias em milhas, mas sim que, por ordem imperial, se refez a via onde este marco foi colocado, mui provavelmente a que ligava *Olisipo* a *Scallabis*.

Merece reflexão essa necessidade de repavimentação de uma via, mormente por ter sido levada a cabo no reinado de Adriano.

Primeiro, por assim se confirmar – se outra documentação não houvera – a existência de uma via. E fala-se em via e não noutro monumento qualquer, dada a forma cilíndrica da epígrafe, importa frisá-lo. Também não seria ponte, como Vasco Mantas (2012, p. 177) teve ensejo de refutar, quando propõe que por essa zona se tenha localizado a cidade de *Ierabriga* citada no *Itinerário de Antonino*: «A área ocupada pelos vestígios de *Ierabriga* situa-se, *grosso modo*, entre Paredes, Sete Pedras, Quinta do Bravo<sup>4</sup> e Santa Catarina, estendendo-se por cerca de oito hectares. As necrópoles de Paredes e Quinta do Bravo marcam os limites da povoação».

Em segundo lugar, por estar confirmada a atenção dedicada por Adriano, através dos seus agentes, a esta área da Península. Haja em vista, as inscrições da *civitas Aravorum* e de *Olisipo*, em que o imperador é homenageado. A análise recente dessa inscrição da *civitas Aravorum* confirmou a conclusão de que a Península ocupou

«lugar privilegiado nas suas preocupações, patentes na viagem de teor político e religioso que empreendeu nesses anos a *Tarraco*, capital da *Hispania Citerior*, e, de modo especial, no incremento da economia, consubstanciado, por exemplo, numa

---

<sup>4</sup> Esta designação deriva do facto de ter sido André Bravo o pai do atrás citado João de Cousa Chichorro, proprietário da quinta.

política viária de monta: a reparação do *iter ab Emerita Asturicam*, com as vias secundárias que serviam esse eixo fundamental traçado no sentido norte-sul. A circunstância de também em *Olisipo* o imperador e sua mulher – num quadro de culto imperial – terem sido também perpetuamente recordados leva a crer que, igualmente no plano das vias de comunicações por mar, tivesse havido preocupação, ainda que, como se sabe, uma via terrestre de *Emerita* desembocava precisamente em Lisboa» (Encarnação 2014, p. 146).

O monumento foi estudado por Manuela Alves Dias, com fotografia, no âmbito da actualização do catálogo do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses (2005, p. 227, nº 1209, com mais bibliografia).

### *Em conclusão*

Terminado este breve excuro através de um aparentemente insignificante manuscrito, em boa hora impresso pela Biblioteca Nacional de Portugal, verifica-se que, na verdade, nada teve ele de insignificante no que aos estudos epigráficos romanos respeitou – e já não falamos doutros muitos aspectos em que ele merece vir a ser considerado.

Permitiu-nos enquadrar melhor do ponto de vista histórico e epigráfico epígrafes de Almoester e de Vale da Figueira e chamar de novo a atenção para singular epígrafe de Alenquer e de uma coluna viária romana.

Mérito – realce-se – do Professor Justino Mendes de Almeida, que foi também ele, como Joaquim Veríssimo Serrão, presidente da Academia Portuguesa da História, porque, tendo conhecimento da edição feita pela Biblioteca Nacional, não hesitou em, muito embora em breves pinceladas, para ela chamar a atenção.

Acontece igualmente isso agora, porque, se alguma luz extra se logrou lançar sobre quatro dos monumentos analisados, certo é que questões por esclarecer acabaram por ser levantadas. Nisto reside, afinal, o cerne da investigação histórica.

## Bibliografia

ALMEIDA, Justino Mendes de, “Antiguidades várias”, *O Arqueólogo Português*, série III, vol. II, 1968, pp. 97-111.

AZEVEDO, Luís Marinho de, *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa e Seus Varões Ilustres em Santidade, Armas e Letras. Catálogo de Seus Prelados e Mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o Ano 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: oficina de Manuel Soares, 1753.

CARDOSO, Jorge, *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa e a sev illvstre Cabido*, tomo I, Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652.

CARDOZO, Padre Luís, *Diccionario Geographico ou Noticia Histórica de Todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com Todas as Cousas Raras, que Nelles se Encontrão, assim Antigas, como Modernas*. Lisboa: Regia Offic. Sylviana, 1747

CIL II = HÜBNER, Emílio – *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*. Berlim: Academia das Ciências de Berlim. 1869 e 1892.

DIAS, Maria Manuela Alves, “Epigrafia romana”, in ARNAUD, José Morais e FERNANDES, Carla Varela, *Construindo a Memória (As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo)*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 220-233.

DIAS, M. Manuela Alves; GASPAR, Catarina I. S.; MOTA, Bernardo M., *Epigrafia Latina do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)*, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, 2001.

EDCS = Epigraphik-Datenbank Clauss / Slaby, acessível em <http://www.manfredclauss.de/gb/>

ENCARNAÇÃO, José d’, “Homenagem da *civitas Aravorum* ao imperador Adriano”, *Praça Velha*, 34, (Maio de 2014), pp. 127-151. <http://hdl.handle.net/10316/23558>

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, *O Agiologio Lusitano – tomo V – Estudo e Índices*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

FIGUEIREDO, A. Mesquita de, «Informações archeologicas colhidas no “Diccionario Geographico” de Cardoso», *O Archeologo Português*, I, 1895, pp. 154-158 [p. 157].

HENRIQUES, Guilherme João Carlos, *A Vila de Alenquer*, Alenquer, Arruda editora, 2002 (fac-símile da edição de 1902).

HEpOL = versão *on line* de *Hispania Epigraphica*, revista editada pela Universidade Complutense de Madrid, acessível em <http://eda-bea.es/>

**José d'Encarnação**

JORDÃO (*Levy Maria*), *Portugalliae Inscriptiones Romanae*, vol. I, Lisboa, 1859.

MANTAS, Vasco Gil, *As Vias Romanas da Lusitânia*, Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2012.

MATOSO, Luís Montês, *Santarém Ilustrada* [transcrição do texto e estudo introd. Martinho Vicente Rodrigues], Marvila: Junta de Freguesia de Marvila, 2011.

MATTOZO, Luiz Montez, *Ano noticioso e histórico*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1934.